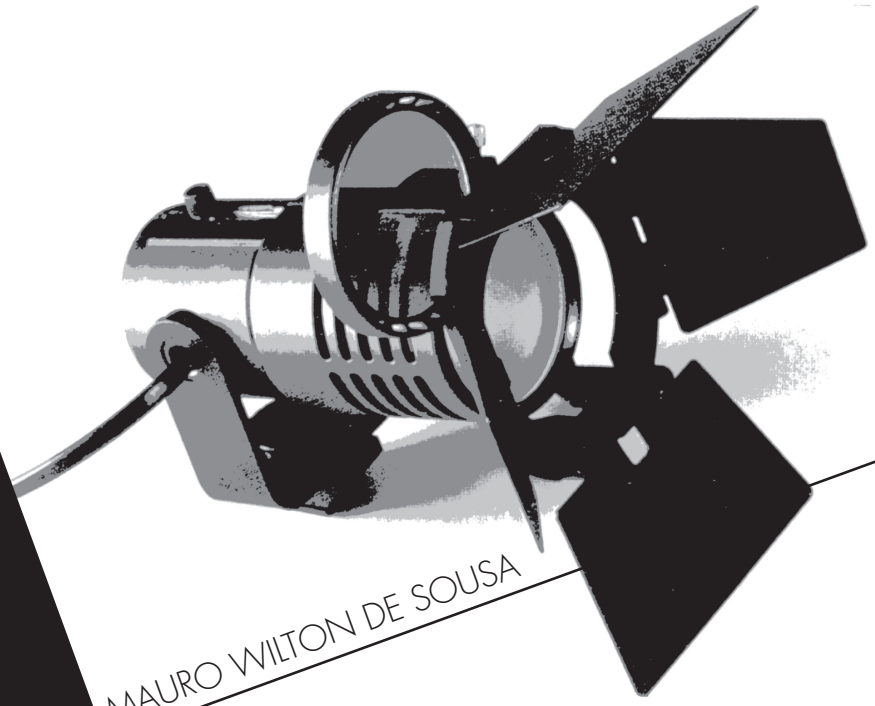

MAURO WILTON DE SOUSA

Recepção televisiva: mediações contextuais

MAURO WILTON DE SOUSA é professor e pesquisador do Departamento de Cinema, Rádio e TV da ECA-USP.

INTRODUÇÃO

O papel da televisão na construção da opinião, do gosto, dos valores e das decisões frente ao consumo de bens materiais e simbólicos continua sendo, ontem como hoje, um objeto de estudos e pesquisas complexo e polêmico, marcado por embates e debates. Se, de um lado, há o reconhecimento da presença da televisão de forma hegemônica e generalizada por todo mundo, a questão está na qualificação do papel que ela de fato exerce na vida social. Por outro lado, se considerado que a sociedade igualmente se desenvolve com seus processos de mudança e de transformação em ritmos, direções e circunstâncias diversos, tem-se então a dimensão da questão aqui sendo abordada, ou seja, o papel social da televisão está ligado ao tempo e espaço sociais onde ela se dá. Se considerado igualmente o receptor como parceiro desse mesmo processo de mudanças e transformações, tem-se igualmente que televisão e recepção se colocam na confluência de questões contextuais de tempo e espaço.

A atualidade dessa temática motiva a pesquisa, não só pela busca de parâmetros interpretativos que dêem conta desse papel da televisão, como pela

multiplicidade e intensidade de fatos que muitas vezes de forma inesperada e contraditória assinalam seu papel como sendo ora de causalidade, ora de influência, ora de omissão, ora de descompasso. Nos dias atuais essa demanda interpretativa se mostra mais urgente, para além de estudos sobre impactos de audiências e de necessidades frente a bens de consumo, e se situa no âmbito das questões do terrorismo, da violência, das decisões políticas e econômicas que envolvem as práticas de vida cotidiana, ora em sintonia com processos na esfera internacional, ora restritos ao espaço nacional e local.

Nesse contexto, a televisão ora é responsabilizada pelo seu papel político, ora pelas deficiências de sua programação, ora é deslocada para dimensão de instrumentalidade que sofre por parte da sociedade, ora ainda é comparada pela peculiaridade da imagem que lhe dá identidade e pela expansão tecnológica de uso que igualmente a faz hegemônica.

Uma pluralidade de questões acaba se encontrando para localizar a TV no centro de pelo menos três ordens de fatores interligados, o poder político-social, a cultura e o desenvolvimento tecnológico. A questão derivada se situa na preocupação de contextualizá-la para além do reconhecimento da centralidade que exerce em sociedades como a nossa.

Importa reter que essa temática surge na confluência de dois campos sociais contemporâneos, o do desenvolvimento da vida social, em que se acentuam sob diversos aspectos as tecnologias, inclusive ao da comunicação social, e, de outro lado, o mundo da vida das pessoas em seu cotidiano. Pode-se dizer que é uma temática que recorta e atualiza na contemporaneidade a questão de base longamente sendo estudada nas ciências sociais, a relação indivíduo e sociedade. É nessa relação que se pode dizer que no âmbito da comunicação o mundo do indivíduo se confunde com o da recepção midiática, e o da sociedade, com o do emissor, onde a televisão se encontra. Ainda que essa reprodução possa não ser direta e imediatamente uma expressão da mesma dualidade de origem, indivíduo e sociedade, está-se diante de uma dualidade, a que se realiza na prática da vida comunicacional, os atores da vida comunicacional, emissão-recepção.

A dificuldade que envolve a temática da recepção televisiva então se explicita em seu objeto, é a busca do nexo que fundamenta esses dois atores, ou o que anteriormente aqui se denominou de papel social que os relaciona.

Se entendido que comunicação é relação, é o desenvolvimento da necessidade interativa do ser humano, então a base de sustentação entre emissor e receptor lhes é constitutiva, envolve necessariamente a interatividade obrigatória dos seres humanos. No entanto, essa interatividade é conflitiva, não se realiza "como se houvesse uma relação sempre direta, linear, unívoca e necessária de um pólo, o emissor, sobre outro, o receptor; é uma relação que subentende um emissor genérico, macrossistema, rede de veículos de comunicação, e um receptor específico, indivíduo, despojado, fraco, micro, decodificador, consumidor de supérfluos; é como se existissem dois pólos que necessariamente se opõem, e não eixos de um processo mais amplo e complexo, e por isso mesmo também permeado por contradições " (Sousa, 1995, p. 14).

Assim, o nexo que identifica a relação entre as mídias e a sociedade, entre o emissor e o receptor, entre a televisão e o usuário, é necessariamente conflitivo, dado que envolve mais do que dois atores imediatos, mas um cenário contextual, com diferentes lógicas, um texto – contexto inserido no tempo-espaço social. Já advertia Bourdieu que é "no plano da história estrutural do conjunto do universo que as coisas mais importantes aparecem. O que conta em um campo são os pesos relativos..." (Bourdieu, 1997, p. 60).

RECEPÇÃO TELEVISIVA: A INSTRUMENTALIDADE DO PODER

A busca desse nexo tem perpassado caminhos os mais diversos ao longo do último século, envolvendo não só a relação

TV-sociedade, mas também as diferentes mídias que compõem hoje o que se denomina de comunicação de massa.

A tônica que tem prevalecido na explicação desse nexo repousa na busca dos determinantes dessa mesma relação, como uma causalidade não só responsável pela diferença dos atores, emissor-receptor, mas também pelas motivações que sustentam essa mesma relação e que se traduz como sendo conflitiva. No bojo desse processo subentende-se o debate sobre o lugar do poder político-social, em nível de estrutura político-econômica, manifestando-se não só na relação prevalente do emissor sobre o receptor, mas do sentido das mensagens que de imediato fazem evidenciar essa mesma relação de poder no cotidiano das práticas televisivas bem como da vida dos usuários. A televisão teria um lugar instrumental como já assinala seu próprio nome como o "meio" de comunicação. Se levado em conta o pensamento weberiano de que a toda ação corresponde um suporte de meio e fim, a televisão como emissão (emissor) e em seu conteúdo (mensagem), em sua peculiaridade de tecnologia de imagem eletrônica de grande alcance (canal), ajustar-se-ia exatamente como instrumento de realização de objetivos que a ultrapassam, como que numa lógica mais ampla, e que a abarcariam, uma lógica voltada aos fins da ação comunicacional, espaço onde de fato se situa o emissor enquanto sistema social.

Essa instrumentalidade televisiva, se considerada a pesquisa desenvolvida na tradição norte-americana de comunicação (Wolf, 1987), desde o século passado, seria justificada no contexto de emergência do processo de urbanização e de industrialização ali ocorrido, quando o desenvolvimento do capitalismo industrial propiciou as grandes massas urbanas e a necessidade de seu controle, tanto na esfera produtiva quanto na da organização da vida social. As mídias, especialmente o rádio e a imprensa, depois a televisão, seriam instrumentos do controle social desejado, na disponibilidade, peculiaridade e inovação que significavam para a comunicação a distância, mas sobretudo pelas possibilidades sedutoras de atuar frente aos elementos formadores do gosto, da decisão política, da decisão eleitoral, da valorização das atividades da vida cotidiana e pessoal dos usuários. No fundo, eram instrumentos de consolidação de um modo urbano-industrial capitalista de conceber a vida e a sociedade em um contexto a que se poderia reportar e agregar o que Weber (2004) assinalou quanto à relação entre ética protestante e espírito do capitalismo.

Essa instrumentalidade midiática, portanto, do poder voltado à estruturação de uma ordem político-econômica e de sua consolidação se manifestou sobretudo na esfera da pesquisa de opinião, da produção publicitária e mercadológica além da vinculação comercial com as mídias, tentando relacionar, pela comunicação, não só emissor-receptor televisivo, mas produtor-consumidor na esfera do sistema produtivo.

O consumo desejado de mensagens na programação midiática, em uma pluralidade de formatos, sentidos, gêneros e linguagens, na verdade procurava capturar o receptor-usuário para o consumo de idéias e valores que ultrapassavam e ao mesmo tempo envolviam as próprias mensagens. Capturar o receptor em suas carências e necessidades, sonhos e desejos, desde o mundo pessoal e íntimo, em âmbito psicossocial, em passos que se sucediam para o efeito social desejado, o receptor-consumidor. A ótica de estudos e pesquisas sobre a mensagem, signos e linguagens, em muitos aspectos envolveu essa dimensão contextual.

A leitura da produção televisiva implicava pois a consideração de que nada é neutro nem na emissão e nem na recepção, cabendo identificar as formas latentes e manifestas dessa não-neutralidade.

Talvez a percepção de que essa relação entre mídia e sociedade tenha se iniciado e desenvolvido ocultando e não explicitando os condicionantes e os determinantes de interesses econômicos e políticos subentendidos, esfera do poder, tenha motivado um novo olhar sobre o papel das mídias e da televisão, buscando evidenciar na prática instrumental midiática essa outra lógica, a da instrumentalidade ideológica. Um

olhar que apontava que na busca desejada, desde longos séculos, de uma racionalidade que levasse à emancipação social e política da sociedade, a ação instrumental das mídias como sendo então praticada na sociedade contemporânea, levava exatamente ao oposto, as mídias como instrumento de dominação. Os meios de comunicação estariam na confluência desses interesses (Adorno & Horkheimer, 1987).

Na captura do receptor para o consumo de bens estava embutida sua captura na esfera da consciência, substrato mais profundo da identidade e da dignidade humana. As mídias se comparavam à indústria de bens materiais criando uma cultura de massa sustentada no consumo e nos interesses que as envolviam. As mídias estariam na mesma linha de preocupações que levavam à organização do trabalho, um controle que, atuando entre partes e todo, também organizava produtivamente as possibilidades da comunicação nessa esfera.

Esse olhar buscando o invisível, a esfera constituinte do poder que instrumentalizava ideologicamente a televisão e as diferentes mídias, é ainda hoje o olhar por onde muitos se baseiam para sustentar a crítica à televisão, sua programação, seus fins e objetivos. Ressalte-se que é também sob esse olhar que se tem trabalhado o sentido da comunicação, das linguagens e dos signos, da programação e das possibilidades tecnológicas da TV.

Entende-se então, como um resultante crítico das práticas televisivas na contemporaneidade, que elas são reconhecidas como formas de alienação da vida cotidiana das pessoas, ao mesmo tempo que são objeto de um questionamento imediatamente voltado a essa mesma ocultação ideológica presente no interior da programação televisiva diária. É quando se torna inclusive objeto de queixa: "nos últimos anos a crítica à televisão se exarcebou a partir de todos os ângulos, ofícios e disciplinas. E não é que faltem motivos para a crítica de uma televisão que, ao se pluralizar, permanece, não obstante, demasiado parecida consigo mesma" (Martín-Barbero, 2002, p. 23).

Se a crítica faz entender que a TV se confunde com a sua programação pode igualmente se perceber a significação de se dizer que "ao longo de tantos anos a televisão por algum motivo tem se eximido de buscar seu próprio específico, de criar a sua linguagem, em discordância com todas as outras formas de expressão e muito especialmente com sua própria força de penetração" (Hoineff, 1996, p. 87).

É como se a televisão dos anos 50, preocupada em se situar na sociedade, ainda estivesse nos modelos de então, desatenta, se não ao seu lugar instrumental, à evolução da sociedade e das tecnologias, das razões e motivações que fazem o usuário ainda telespectador, mas sob condições que a própria TV desconhece e não acompanha.

A dimensão contextual do poder político-econômico capitalista tem sido percebida em sua centralidade explicativa, embora numa linearidade que não tem possibilitado captar as próprias condições intervenientes, nas diferentes formas de sua manifestação, como que em um aparato formal e estanque, fixo e determinado, cabível sempre em realidades de recepção midiática mas não privilegiando as especificidades que dão origem à sua contextualidade histórica, seu tempo e espaço.

RECEPÇÃO TELEVISIVA: AS MEDIAÇÕES CONTEXTUAIS

É a partir do privilegiamento contemporâneo da importância dos modos de se viver a vida, espaço da cultura, que se tem também entendido que a determinação econômica das necessidades da vida e das formas de vivê-la tem sempre a contrapartida das vivências e práticas sendo acumuladas, onde o sentido da vida é mais do que apenas concebido mas contraditoriamente vivido. São essas dimensões constitutivas da prática de viver que, ainda que derivadas de distintas configurações de classe, possibilitam entender que as práticas culturais

traduzem e operacionalizam diferentemente os sentidos desse mesmo viver. Se a sociedade não é igual, com segmentos sociais fragmentados, com movimentos sociais e organizacionais diversos, participam de uma pluralidade e diversidade cultural que motiva diferenças no definir e operacionalizar os sentidos envolvidos no pessoal e no coletivo, no indivíduo e no sistema social.

Se, de um lado, essa percepção ajuda a reforçar que a causalidade possível do poder não é direta, ela pode refletir também a pluralidade de fatores que ali se interpõem como mediação. Se essa relação não linear se dá na esfera das relações sociais também se dá na esfera da comunicação entre as pessoas e o sistema no qual se situam. As pessoas não se colocam estanques e só relacionadas com as mídias, mas sim na pluralidade de fatores contextuais de sua relação com a vida, com o corpo, com a natureza e também com as mídias. É essa percepção que possibilita que se entenda que um dos caminhos por onde se pode dimensionar a relação das pessoas com as mídias não está na ánalise dessa mesma relação, mas das mediações que contextualizam e ao mesmo tempo interferem no modo como se concebe e se pratica a vida. É o que Martín-Barbero (1998) assinala já no título de uma de suas obras: *Dos Meios às Mediações*.

O conceito de mediação, aplicado em comunicação, desloca a cultura de um lugar secundário ou subserviente para se colocar como esfera fundamental de contextualização das práticas comunicacionais. Há assim uma ruptura com o que se denomina de mediacentrismo, ou seja, a localização do nexo social apenas na relação comunicacional receptor-emissor. Dois aspectos são apontados por Martín-Barbero como caminhos que hoje se colocam como componentes dessa possibilidade interpretativa das mediações, no plano da cultura, na observação do papel do que é denominado de "modernização neoliberal" e o que se refere ao "saber tecnológico" refletido na cultura contemporânea (Martín-Barbero, 2002, p. 14).

A modernidade como mediação

O deslocamento histórico significado pela razão como fundamento da ruptura na busca do saber, ou a secularização do conhecimento, é um desdobramento que, perpassando séculos, desde a Idade Média, tornou-se um projeto não mais de salvação individual pela fé, mas de emancipação social e política. É o período dos "novos tempos", como assinala Habermas na análise do pensamento hegeliano a respeito, em que ganham significados novos, válidos até hoje, termos como *revolução*, *progresso*, *emancipação*, *desenvolvimento*, *crise*, *espírito do tempo*, que compõem o quadro de uma revolução contínua (Habermas, 2000).

A noção de tempo como uma sucessão cronológica passível de intervenção é que dará explicação à possibilidade da emancipação pela ruptura, pela revolução, pela mudança, pelo progresso. É o que sustentará ao longo dos últimos séculos movimentos sucessivos da história significados pela Revolução Francesa, o Iluminismo, a Revolução Industrial, a Reforma Protestante, entre outros momentos de afirmação da razão técnica iluminadora dessa desejada emancipação. A noção de tempo linear, se, de um lado, possibilita reconfigurar o passado e dimensionar no presente as possibilidades do futuro, isso enquanto revolução, de outro também envolve em si a necessidade das utopias, o adiamento do prazer, a necessidade de sustentação institucional para sua realização. Essa indicação pode ser compreendida quando Habermas, na análise do pensamento de Baudelaire, aponta que a racionalidade enquanto "ponto de referência da modernidade torna-se agora uma atualidade que se consome a si mesma custando-lhe a extensão de um período de transição, de um tempo atual, constituído no centro dos tempos modernos e que dura algumas décadas. O presente não pode mais obter sua consciência de si com base na oposição a uma época rejeitada e ultrapassada, a uma figura do passado. A atualidade só pode se constituir como ponto de

interseção entre o tempo e a eternidade" (Habermas, 2000, p. 14).

A modernidade como projeto racional do saber do agir é contemporânea do capitalismo e nele se confunde quando este, na ruptura do feudalismo, se coloca como projeto sustentado na apropriação do capital numa relação entre meios e fins, onde o fim se posiciona na efetividade lucrativa do capital. E esse objetivo da modernidade capitalista buscada como emancipadora pela razão e a técnica, mas ao mesmo tempo vivida na prática de uma sociedade que dela se serve buscando ser economicamente libertadora, e que hoje se denomina de modernidade liberal, onde o mercado sintetiza o espaço e o tempo de sua realização, o hoje desse tempo linear historicamente proposto.

As implicações da compreensão desse processo na esfera da comunicação estão no reconhecimento de que os meios de comunicação, no caso, também a televisão, se inserem como instrumento de uma racionalidade, em que o projeto de uma sociedade emancipadora se confunde com a necessidade de seu controle, na articulação de meios e fins. As posições interpretativas sobre a comunicação midiática, desde o século passado, têm o pressuposto da modernidade como eixo por onde identificam seu lugar social na conformidade com o modelo de sociedade onde se insere.

Assim, o mundo da recepção não se resume aos indivíduos e à configuração de seus perfis de vida, mas estes se envolvem na mesma racionalidade do sistema, quando são inseridos pelos aparatos institucionais da escola, da igreja, da família e do Estado em projetos em que o amanhã do tempo linear é por onde se dimensiona a vida cotidiana e as práticas de sua vivência. O presente é sempre a construção do amanhã, quer na vida escolar distribuída em graus, sistemas e faixas etárias, quer na divisão do trabalho repartido em funções e etapas, quer na própria e necessária compreensão de que os resultados da produção econômica e intelectual serão sempre acessíveis a todos, ainda que como uma utopia na definição de uma desejada felicidade possível a todos.

O processo comunicacional se insere, pois, quer na estruturação e organização de seus veículos, quer na racionalidade que sustenta a relação imediata de emissor-receptor através de programas, grades, linguagens, dentro dessa mesma contextualidade significada pela modernidade.

Esse delineamento mais amplo aqui tomado sobre a modernidade, como que uma promessa, uma utopia, na medida em que não se realizou por inteiro, ao invés de possibilitar um questionamento sobre a necessidade de se produzir o consumo como elemento constituinte da emancipação, traz em si o desencanto com o projeto e com significados que o levantaram como afirmativo. E o que se denomina de modernidade tardia ou de pós-modernidade traduz, na esfera dos valores culturais, a dimensão desse desencanto, a discussão da validade de um tempo presente ao invés de um tempo linear, de um prazer e emoção que não sejam vividos amanhã, mas hoje, enfim um modo de conceber o consumo para ser vivido e degustado (Eagleton, 1998).

Esses traços, ainda que em grandes linhas, e ainda que questionáveis na sua significação, hoje dão conta de que tanto o receptor na pluralidade da suas práticas culturais quanto o emissor nas mutações e inseguranças da modernidade se colocam como intervenientes explicativos fundamentais para se entender que a recepção televisiva não é possível de ser interpretada senão no contexto mais amplo de mediações que dão significação, ainda que de forma nem sempre visível, a uma visão de mundo sendo estruturada e experimentada segundo racionalidades em crise.

As práticas culturais podem expressar o endosso a esses modelos da modernidade e de suas crises e da relação aí presente através da comunicação. Podem expressar também a recusa, ou mesmo o lento processo de negociação e crítica com a modernidade, uma analogia com o pensamento de Hall sobre a codificação e a decodificação das mensagens midiáticas (Hall, 2003, p. 387).

A relação entre cultura e modernidade como práticas contextuais mediadoras na

comunicação pode se servir igualmente dos eixos interpretativos do espaço público para entender por que as formas de codificação e de decodificação apontadas não deixam de ser também formas de pertencimento a um estar junto social e coletivo, ditado exatamente pela necessidade de inclusão a um modo de vivê-la, matriz de identidades igualmente sendo buscadas. Na verdade, ainda que a noção de espaço público não se realize como espaço de argumentação, na acepção de Habermas, o espaço público midiático pode ser visto como espaço de circulação de idéias e valores conflitivos, significativos das formas igualmente conflitivas que permeiam os sentidos das práticas de vida cotidiana (Miege, 1999).

É nessa perspectiva ainda que se pode apontar que

"a mesma significação estratégica que tem a categoria das mediações para a compreensão renovada da recepção mediática é aqui retomada para expressar o sentimento de pertencimento como mediação na relação social que se cria com o público, um comum de sentidos que os diferentes *media* fazem circular. Assim, não só o processo comunicacional permeia hoje a configuração do espaço público como não seria temerário visualizar as práticas de recepção como práticas de pertencimento a público-comum, ainda que a partir de práticas privadas de acesso mediático" (Sousa, 1999, p. 25).

As práticas culturais na modernidade podem significar no espaço público, como assinalado há pouco, a própria possibilidade de objetivação de si, "enquanto os indivíduos se representam a si mesmos como ser social", como se objetivam no mundo do estar junto através das mídias, como tornam possível a razão privada do ser social, na acepção de Beaud (cf. Sousa, 1999, p. 25).

É ainda nesse contexto que se pode identificar a publicização das opiniões ao lado da objetivação de si, no contexto de uma racionalidade que vivencia igualmente a pluralidade, a desigualdade e a diferença, logo, o conflito social. Essa reflexão se sustenta pois na compreensão do espaço público respondendo a papéis de mediação não só entre Estado e sociedade civil, mas em uma perspectiva como a de Floris:

"1. Ele é o campo da formação simbólica de uma opinião pública através de todas as formas de comunicação existentes na sociedade.
2. Ele é campo de formação democrática da vontade política por meio do sufrágio universal, do parlamento e dos partidos.
3. Ele é uma esfera de mediação entre o Estado e a Sociedade Civil.
4. O espaço público não é um lugar abstrato do consenso democrático ideal, é um espaço conflitivo exprimindo relações sociais de desigualdade e de dominação " (Floris, 1995, p. 125).

Esses aportes sinalizam a possibilidade de se entender a recepção televisiva conforme suas mediações contextuais em que o próprio modelo de modernidade, ainda que em crise, se coloca como eixo fundamental de viver a vida hoje. Por outro lado, são aportes que através da discussão das possibilidades de um espaço público midiático definem a recepção não como passividade, mas como elemento fundador da possibilidade do receptor-ator-sujeito buscando, pela recepção midiática, não apenas consumir o ofertado, mas pertencer-incluir no contexto do saber e da opinião que conflitivamente são expressos como comum social.

O "saber tecnológico" como mediação

O desenvolvimento de múltiplas tecnologias no âmbito da comunicação tem permitido visualizá-las, primeiro, desde o século passado, dentro do que se denomina de "comunicação de massa", maximizadoras do consumo simbólico para grandes públicos. Hoje, as novas tecnologias valorizam a experiência e o acesso indivi-

dual ao que coletivamente é tornado disponível através da Internet e das tecnologias digitais, no contexto que ora é denominado de novas mídias, ora de pós-mídia, ora de convergência midiática.

Esse desenvolvimento tecnológico pode trazer novas formas de produção e socialização do saber e se coloca simultaneamente ao deslocamento do papel da cultura e da modernidade conforme há pouco apontado. E mais, pode se situar igualmente no atual espaço de transição-crise entre modernidade e pós-modernidade, na ruptura com os processos definidos pela linearidade e homogeneidade, matriz de expressão contemporânea da diferença de valores em todos os seus campos. Mais que convergência da diversidade midiática começa-se a visualizar a manifestação de formas plurais de se conceber os saberes possíveis daí derivados e socialmente disponíveis.

E é exatamente na esfera da televisão que o nexo entre mediações contextuais, sinalizando por seu lado a relação entre sociedade e o mundo da recepção, encontra matrizes de uso e de significação novas, agora a partir da imagem, trazendo o que Orozco Gómez denomina, em outro contexto, de explosão contemporânea das mediações (Gómez, 2002, p. 26).

Se a imagem sempre foi tida, desde Platão, como expressando o duplo, o falso-verdadeiro, a característica de representação é a que sustentou de modo mais marcante sua compreensão desde a Idade Média. Ela não é a realidade objetiva do mundo real e sensível, mas a representa e, como tal, é arte e valor estético, situada no tempo e no espaço de percepção desses mesmos valores. A televisão, nessa acepção, se coloca lidando com a imagem-representação, quer quando, através de narrativas ficcionais, busca na realidade as imagens eletrônicas que deixa transparecer, quer quando se coloca como espelho da realidade na simultaneidade e na contemporaneidade desse mesmo real objetivo.

O desenvolvimento das tecnologias digitais faz retomar a possibilidade de o movimento, agora tecnologicamente desenvolvido, tornar plausível o seu controle e uso na produção e edição de sentidos que não se reportam à representação do real objetivo. É o mundo do virtual e das chances de um novo saber, bem como a chance da construção de um real simulado através das tecnologias, o mundo dos simulados. A imagem-velocidade altera a concepção do tempo, redefine o significado do espaço, possibilitando entender um novo campo de informação e comunicação.

Por outro lado, a construção do signo sem referente real, tomado de uma forma estandartizada, pode criar uma sociedade cada vez mais caracterizada pela ausência de referência ao mundo real (Baudrillard, 1987).

Enfim, o saber gerado pelas novas tecnologias, ao redefinir o real-virtual, também redefine o espaço de agregação e socialização do saber acumulado, tornando-o objeto de uma nova inteligência coletiva.

Essas perspectivas, ainda que aqui apenas sinalizadas, possibilitam entender o que Marc Augé considera:

"A verdade é que a imagem não é a única que mudou. O que mudou mais exatamente foram as condições de circulação entre o imaginário individual (por exemplo, os sonhos), o imaginário coletivo (por exemplo, o mito), a ficção (literária ou artística). Talvez sejam as maneiras de viajar, de olhar, de encontrar-se que mudaram, o que confirma a hipótese segundo a qual a relação global dos seres humanos com o real se modifica pelo efeito de representações associadas com as tecnologias, com a globalização e com a aceleração da história" (cf. Martín-Barbero & Rey, 2001, p. 21).

Não é diferente a observação de que a imagem, o simbólico, o imaginário, a imaginação voltam à cena, sendo levados a representar um papel de primeiro plano, e que no caso específico da televisão torna-se ao mesmo tempo objeto de conflito e de queixas (Martín-Barbero & Rey, 2001) tanto quanto objeto de religamento, dado que preserva, protege e faz vir ao mundo (Maffesoli, 1985, p. 117).

INDICAÇÕES FINAIS

Ao longo do século passado o contexto de desenvolvimento político e social afirmou a hegemonia da modernidade capitalista ao mesmo tempo que socializou valores e objetivos que se adequavam e se atualizavam a esse mesmo processo. Um tempo-espaço que não se paralisou, ao contrário, expressou mudanças, contradições e crises. Esse contexto mais amplo é o que explica e fundamenta a forma racional dentro da qual se estruturam os meios de comunicação.

A recepção televisiva, fundamental para representar o nexo entre sociedade e indivíduo, entre receptor e televisão também se transformou. O termo recepção, hoje já inadequado para significar o lugar em transformação de sua relação com a sociedade, e a televisão, por seu lado, já não mais hegemônica na construção tecnológica da imagem-representação, dado o advento da imagem-visual (digital), traduzem novas formas de se compreender a recepção televisiva e as mediações que lhes são contextuais.

Se compreendidos os aspectos anteriormente assinalados sobre a pluralidade da vida social, ao mesmo tempo que sua fragmentação cultural, pode se entender a recepção televisiva como componente da busca de pertencimento a um comum social, igualmente plural, fragmentado e conflitivo. Nessa perspectiva ampliam-se as condições de se entender como, mais do que uma relação indivíduo-TV, está em jogo um modo de se compreender a sociedade e de visualizá-la naquilo que ela representa como mediação da vida contemporânea.

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, T. ; HORKHEIMER. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1986.

BAUDRILLARD, J. *Simulacro e Simulações*. Lisboa, Relógio D'Água, 1987.

BOURDIEU, P. *Sobre a Televisão*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997.

EAGLETON, Terry. *As Ilusões do Pós-modernismo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1998.

FLORIS, Bernard. "L'Interpretation de l' Espace Public et de l' Enterprise", in Isabelle Pailliart (org.), *L'Espace Public et l'Emprise de la Communication*. Grenoble, Ellug, 1995.

GÓMEZ, Guilhermo Orozco. "Mediaciones Tecnológicas y Des-ordenamientos comunicacionales", in *Revista Signo y Pensamiento*, 41, Bogotá, 2002.

HABERMAS, J. *O Discurso Filosófico da Modernidade*. São Paulo, Martins Fontes, 2000.

HALL, Stuart. *Da Diáspora: Identidade e Mediações Culturais*. Editora UFMG/Representação da Unesco, Belo Horizonte/Brasília, 2003.

MAFFESOLI, M. *A Contemplação do Mundo*. Porto Alegre, Artes e Ofícios, 1985.

MARTÍN-BARBERO, J. *Dos Meios às Mediações*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1998.

_____. "Pistas para Entre-ver Médios y Mediaciones", in *Revista Signo y Pensamiento*, 41, Bogotá, 2002.

MARTÍN-BARBERO, J. & REY, G. *Os Exercícios do Ver*. São Paulo, Editora Senac, 2001.

MIEGE, Bernard. "O Espaço Público: Perpetuado, Ampliado e Fragmentado", in *Revista Novos Olhares*, ano 2, nº 3, São Paulo, ECA-USP, 1999.

NELSON, Hoineff. *A Nova Televisão*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1996.

ROUANET, Sérgio Paulo. *Mal-estar na Modernidade*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

SOUSA, M. W. *Sujeito, o Lado Oculto do Receptor*. São Paulo, Brasiliense, 1995.

_____. "Práticas de Recepção Mediática como Práticas de Pertencimento", in *Revista Novos Olhares*, ano 2, nº 3, São Paulo, ECA-USP, 1999.

WEBER, Max. *Ética Protestante e Espírito do Capitalismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

WOLF, Mauro. *Teorias da Comunicação*. Lisboa, Presença, 1987.